

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-1894: o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia* -. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 2. 2019. 220-223 DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2r2

FREIRE, João (2018), *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-1894: o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia*, Lisboa, Academia de Marinha, 2018. ISBN 978-972-781-140-3, 159 pp.

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho
CEPESE-Universidade do Porto
babo.dmmbm@gmail.com

João Freire, professor catedrático e emérito de Sociologia, tem publicado nos últimos anos alguns trabalhos relacionados com Ciência Política e História Contemporânea. Em resultado desse alargamento de perspectivas de estudo, publicou, em 2018, um livro que se revela fundamental para a releitura historiográfica do corte de relações diplomáticas entre Portugal e Brasil, em finais do século XIX. Essa releitura também se estendeu à atuação de Augusto de Castilho, enquanto comandante da frota portuguesa fundeada em Guanabara (Brasil), salientando uma questão que envolve o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia.

Assim, servindo-se de alguma documentação inédita —à guarda da Biblioteca Central da Marinha/Arquivo Histórico—, João Freire apresenta um novo enfoque à historicidade de um tema relativamente trabalhado, nomeadamente nas suas dimensões político-diplomáticas. Por conseguinte, de forma a transcrever as suas reflexões empiricamente sustentadas, o Autor coloca à nossa disposição um livro dividido em sete capítulos, antecidos por uma breve apresentação, onde expõe algumas das suas motivações e objetivos (embora não o faça de forma evidente), e precedidos por uma longa nota conclusiva.

No seu todo, observamos que as suas exposições são cuidadas, para assim tornar inteligível os factos, os contornos e as incidências que motivaram o Brasil a quebrar o relacionamento diplomático com Portugal. De facto, na base do estopim encontra-se a concessão de asilo a insurgentes brasileiros a bordo de corvetas portuguesas e a recusa do Governo de Hintze Ribeiro em entregá-los à justiça brasileira. Com efeito, o Brasil encarou a atitude das autoridades militares e civis portuguesas como um abuso do *Direito de Asilo* e uma «ofensa à soberania nacional» (p. 114).

O primeiro capítulo, eminentemente biográfico, traça o perfil de Augusto de Castilho até 1893, ano em que foi destacado para comandar os navios portugueses ao largo de Guanabara. Aqui são tratadas, entre outros assuntos, as comissões navais e os vários ofícios administrativos-militares que o biografado desempenhou, tanto na

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-1894: o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, ação política e diplomacia* -. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 2. 2019. 220-223 DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2r2

Metrópole como as Colónias. No capítulo seguinte, somos introduzidos às convulsões sociais que marcaram a fase inicial da República Brasileira e que resultaram na segunda revolta da armada (1893-1894). Foi um período de pré-guerra civil que paralisou o Rio de Janeiro e pôs o país em suspenso: a esquadra revoltosa, liderada pelo Almirante Saldanha, dominava a Baía de Guanabara e a artilharia de costa, fiel ao Governo, bloqueava-lhe a saída para o mar.

É entre o terceiro e o quinto capítulo que detetamos o *núcleo duro* do livro, sustentado no ineditismo das fontes documentais consultadas no Arquivo da Marinha. Assim, no terceiro capítulo, salienta-se, não só a atuação dos comandantes dos navios de guerra das potências estrangeiras representadas em Guanabara, como também o destaque que esses homens atribuíram a Augusto de Castilho. Na verdade, consideravam-no *peça-chave* para a resolução do conflito, «pelos factos óbvios» da língua, religião e cultura comuns aos beligerantes, mas também por «representar a antiga potência colonizadora» (p. 33). A argumentação do capítulo seguinte assenta nos acontecimentos ocorridos entre 11 e 18 de março de 1894. Foi durante esses dias que «os acontecimentos políticos, militares e diplomáticos conhecem uma aceleração vertiginosa» que ditou o desfecho da revolta (p. 67) e o consequente asilo dos amotinados brasileiros a bordo das corvetas portuguesas. De forma a complementar este capítulo, o Autor também apresenta algumas considerações a respeito de Direito Internacional, do Mar e de Asilo; todavia, não nos é apresentado um diálogo com bibliografia específica dessas áreas. A fechar este *núcleo duro* temos o quinto capítulo, do qual destacamos quatro pontos essenciais: i) a sobre-lotação das corvetas e as condições insalubres a bordo; ii) as diligências diplomáticas para que os rebeldes brasileiros apenas desembarcassem em território português, para assim aceder a uma contra-partida exigida pelo Brasil; iii) a fuga dos rebeldes para território argentino e uruguaio e as consequências daí resultantes; iv) a exoneração dos comandantes das corvetas portuguesas e o regresso desses navios a Lisboa.

No penúltimo capítulo são debatidos, entre outros assuntos, a importante atuação do embaixador português no Brasil —Conde de Paço de Arcos— em defesa de Augusto de Castilho. No entanto, as diligências do diplomata apenas agudizaram as animosidades do Governo brasileiro. Assim, numa atitude de represália, Paço de Arcos foi declarado *persona non grata* e forçado a abandonar o país. Mas as retaliações

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-1894: o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia* -. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 2. 2019. 220-223 DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2r2

brasileiras foram mais além: deram início a uma série de agressões contra os interesses económico-sociais de Portugal no Brasil, agudizando, desta forma, o já frágil relacionamento bilateral entre os dois países. Por fim, o Governo brasileiro cortou definitivamente relações diplomáticas com Portugal. Com efeito, a partir desse momento a Inglaterra encarregou-se de mediar o conflito entre ambos os países lusófonos.

A terminar, o sétimo capítulo. Nele o Autor volta a abordar questões de índole biográfica, além de destacar o longo e mediático processo judicial que as autoridades portuguesas moveram contra Augusto de Castilho e outros marinheiros de média e baixa patentes. Castilho foi acusado de vários crimes: i) atentar contra a segurança externa; ii) colocar em causa a naturalidade de Portugal; iii) negociar com as autoridades a rendição dos rebeldes brasileiros, e oferecer asilo ao Almirante Saldanha, sem autorização do Governo português; iv) conivência na fuga dos rebeldes em Montevideo. Os restantes marinheiros foram acusados de insubordinação e responsabilizados por terem permitido a fuga dos prisioneiros do navio de transporte *Pedro III*, por não terem soado o alarme e por não terem solicitado apoio militar às corvetas. Terminado o processo judicial, todos os arguidos foram absolvidos das acusações.

Por fim, algumas considerações a propósito da metodologia, coerência e unidade do livro. Constata-se que a introdução foi substituída por uma pequena nota de apresentação, que pouco transmite dos objetivos e metodologia do Autor. Também se sente a falta de uma revisão da literatura a respeito do tema, que apresente ao leitor os principais estudos que foram desenvolvidos anteriormente e que contributos este livro traz ao debate historiográfico. O aparato crítico, em alguns capítulos, é insuficiente e impede a comprovação dos dados, devido a uma opção consciente de João Freire: foi decidido que se apresentariam os resultados da investigação «sem distinguir a fonte precisa de cada informação, apenas genericamente indicadas em nota» no início de cada capítulo (p. 87). No entanto, e a despeito de não estarmos perante um tema historiograficamente inédito, João Freire proporciona-nos uma releitura — empiricamente sustentada — do conhecimento disponível acerca do corte de relações diplomáticas entre Portugal e Brasil no final do século XIX. Período, no qual, ambos os países atravessavam uma fase conturbada da sua História.

Duarte Maria Monteiro de Babo Marinho - Recensão de *Augusto Castilho e a revolta da Marinha Brasileira em 1893-1894: o conflito entre princípios humanitários, rigor militar, acção política e diplomacia* -. Porto. IV Série. Vol. 9 n° 2. 2019. 220-223 DOI: 10.21747/0871164X/hist9_2r2

Dispõe, assim, o leitor de um estudo sério e fundamental, apresentado de forma harmoniosa, sequencial e coerente, de acordo com a evolução dos acontecimentos históricos. E, de facto, isso constata-se na transição de capítulos. Por fim, nas notas conclusivas, João Freire reposiciona a questão em debate, apresentando ao leitor informações e pontos de vista concretos, devidamente interpretados.